

Repensando a globalização

Da concorrência neoliberal à cooperação na nova economia do projeto

Rethinking globalization
From neoliberal competition to cooperation in the
new project economy

caio henrique cirillo*

João guilherme marques Augusto Monteiro**

► DOI: <https://doi.org/10.14295/principios.2675-6609.2025.171.002>

Xu Zhaochang / Agência Central de Notícias



Técnicos chineses treinam trabalhadores locais em área de mineração de N'Djamena, capital do Chade, novembro de 2020.

RESUMO

O presente artigo analisa a disputa entre dois modelos de globalização. Por um lado, a globalização neoliberal apresenta-se como desdobramento do neoliberalismo em nível internacional. Este, por sua vez, surge enquanto reformulação radicalizada do liberalismo clássico, e tem como eixo epistêmico a concorrência mercadológica. Em seu modelo de mundo globalizado, como consequência, os Estados nacionais competem entre si por posições privilegiadas na divisão internacional do trabalho, embora a limitação da atuação estatal prescrita pelos neoliberais impossibilite aos países subdesenvolvidos melhorar sua posição nessa disputa. Por outro lado, surge como alternativa o modelo de globalização derivado da nova economia do projetamento, atual estágio do socialismo chinês em que se mesclam a teoria revolucionária marxista e a filosofia milenar confucionista. Resulta dessa junção uma perspectiva de comunidade internacional permeada pelos princípios de prosperidade e bem comuns, em que as nações cooperam entre si para desenvolver-se em conjunto, respeitando suas especificidades. O choque entre esses modelos de globalização será compreendido como parte do conflito entre duas formações econômico-sociais distintas: o capitalismo financeirizado e a nova economia do projetamento.

Palavras-chave: Nova economia do projetamento. Neoliberalismo. Globalização.

ABSTRACT

This article analyzes the dispute between two models of globalization. On the one hand, neoliberal globalization presents itself as an extension of neoliberalism on the international level. This, in turn, emerges as a radical reformulation of classical liberalism, with market competition as its epistemic axis. In this model of a globalized world, therefore, national states compete for privileged positions in the International Division of Labor. However, the limitations on state action prescribed by neoliberals make it impossible for underdeveloped countries to improve their position in this dispute. On the other hand, an alternative model of globalization emerges, derived from the new projectment economy, the current step of Chinese socialism, in which Marxist revolutionary theory combines itself with the millennial Confucian philosophy. This union results in an international community perspective guided by the principles of shared prosperity and common good, where nations cooperate to develop together, respecting each other's particularities. The clash between these globalization models will be understood as part of the conflict between two distinct socio-economic formations: financialized capitalism and the new projectment economy.

Keywords: New projectment economy. Neoliberalism. Globalization.

1. INTRODUÇÃO

Nos anos recentes, a extraordinária ascensão chinesa tem dado novos contornos à geopolítica internacional. No contexto de um mundo multipolar, a China apresenta um modelo de desenvolvimento e de globalização alternativo ao padrão neoliberal difundido sob a liderança dos Estados Unidos. Tal modelo ainda está em formação, mas desde já desperta atenção por sua magnitude e capacidade de reconfigurar o *status quo* das relações internacionais.

Assim, para compreender o choque entre os modelos neoliberal e chinês na devida profundidade, entendemos que é fundamental resgatar as bases epistêmicas nas quais cada um encontra-se ancorado. De um lado, a globalização liderada pelos Estados Unidos se assenta sobre os ideais do neoliberalismo; de outro, as bases filosóficas que sustentam o modelo chinês remetem ao marxismo e à milenar formação histórico-civilizacional da China, com forte influência do confucionismo (Jabbour; Dantas; Vadell, 2021).

O neoliberalismo é produto de uma renovação e radicalização do liberalismo clássico, cuja origem remonta ao primeiro encontro da Sociedade de Mont Pèlerin, em 1947. Em síntese, a vertente neoliberal prescinde das dimensões da sociabilidade humana que fogem à codificação da concorrência mercadológica. O mercado, na forma abstraída da lógica concorrencial, constitui o eixo epistêmico do neoliberalismo. Ao negligenciar diversas dimensões das relações sociais, reduzi-las tão somente a um elemento abstraído do mercado e alienar todas as formas de coletividade, o neoliberalismo conduz as sociedades à exacerbação de um constante estado de concorrência, seja entre indivíduos, empresas ou até mesmo Estados.

A globalização chinesa, por sua vez, baseia-se em duas concepções-chave que orientam a estratégia geopolítica da China desde a Revolução de 1949: os Cinco Princípios de Coexistência Pacífica e a *comunidade de destino compartilhado para a humanidade* (CDCH). Os Cinco Princípios e a CDCH, por sua vez, derivam do confucionismo, que tem o estabelecimento de relações sociais adequadas (*proper relationships*) como um fim em si mesmo (Zhang, 2015). Trata-se de uma base ideológica inclusiva, tolerante, que respeita as especificidades e soberanias locais, e que visa à criação de relações de benefício e prosperidade mútuos. Desse modo, tanto os Cinco Princípios quanto a CDCH se apresentam como ideologias sincréticas, que objetivam a cooperação entre sociedades plurais em torno de fins em comum para toda a humanidade, tais como soberania e autonomia nacionais, paz, igualdade e prosperidade.

Ademais, além da oposição entre as bases epistemológicas, as globalizações neoliberal e chinesa também divergem quanto à formação econômico-social da qual cada uma emerge. Enquanto a primeira é desdobramento do capitalismo financeirizado, sendo este o estágio atual do capitalismo (Saad-Filho, 2015), a última se origina da forma histórica mais avançada do socialismo chinês: a nova economia do projetamento (NEP). Segundo Jabbour *et al.* (2020), a NEP é uma forma superior de planificação da economia, emergindo do desenvolvimento de novos instrumentos técnicos e institucionais que conferem ao Estado uma inédita capacidade de ação e de projetamento, visando à ampliação das bases materiais, à construção de grandes bens públicos e, em última instância, ao bem-estar da sociedade.

Ademais, conforme Jabbour, Dantas e Vadell (2021), a NEP constitui um modo de produção dotado de um inédito repertório técnico em termos de organização e racionalização da planificação econômica. Em outras palavras, Jabbour e Capovilla (2024) afirmam que a NEP é o ápice da instrumentalização da razão como meio de enfrentamento da totalidade sis-

temática dos desafios ao desenvolvimento; trata-se do auge histórico do *science-led government* (governo orientado pela ciência).

Portanto, a contraposição entre as globalizações neoliberal e chinesa não resulta somente da profunda divergência epistêmica entre elas, mas também do confronto entre duas formações econômico-sociais fundamentalmente opostas. Nesse sentido, o presente artigo se propõe a investigar o choque entre esses dois modelos de globalização e seus desdobramentos em termos geopolíticos.

Para tanto, o artigo encontra-se dividido em cinco seções, incluindo esta introdução. Na segunda seção são discutidos o neoliberalismo e seu modelo de globalização. A seguir, na terceira seção, discute-se a estratégia geopolítica chinesa, seus princípios oriundos do confucionismo e a NEP da qual ela emerge. Na quarta seção, esses dois modelos de globalização são contrastados enquanto manifestações de formações econômico-sociais distintas. Por fim, na quinta seção são apresentadas as conclusões deste exercício de investigação.

2. O NEOLIBERALISMO E A GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL

Não é possível compreender o processo de globalização sem antes analisar a trajetória do neoliberalismo. Este surge como uma proposta de versão reformada, melhorada, do liberalismo clássico, que no início do século XX se via eclipsado pela ascensão de novas formas de organização social:

A popularidade do intervencionismo estatal em nome da justiça e, até mesmo, de renovação espiritual da civilização ocidental materialista e individualista, representou um grande desafio para uma série de pensadores que, baseada no liberalismo do século XIX, montou uma resistência teórica robusta contra as reivindicações do intervencionismo e da planificação da economia em busca de justiça social (Paim, 2019, p. 251).

Acosados, os pensadores alinhados ao liberalismo se organizaram em dois eventos, hoje identificados como os marcos históricos da origem do neoliberalismo (tal identificação será questionada posteriormente): o Colóquio de Walter Lippmann e o primeiro encontro da Sociedade de Mont Pèlerin.

O primeiro desses eventos ocorreu em Paris, no ano de 1938, em comemoração do lançamento da edição francesa da obra *The principles of good society*, de Walter Lippmann. Nessa obra, esse jornalista e pensador liberal de grande relevância refletiu sobre os problemas do liberalismo de sua época, entendendo-o como negligente em face das necessidades impostas por sua contemporaneidade:

Na época de Adam Smith e Jeremy Bentham — digamos, de 1776 a 1832 —, o liberalismo era uma filosofia que orientava a adaptação da ordem social às necessidades da nova economia industrial; em meados do século XIX, o liberalismo havia se tornado uma filosofia da negligência e recusa em prosseguir com a adaptação social (Lippmann, 2017, p. 208, tradução nossa).

O conceito de *adaptação social* merece destaque no raciocínio de Lippmann. Para o autor, o objetivo de uma filosofia econômica é guiar os indivíduos em direção às novas demandas que surgem com o desenvolvimento histórico. Quando isso não ocorre de maneira satisfatória, surgem divergências entre a ordem social e a economia:

Wikimedia



Acima: Walter Lippmann, palestrante principal do colóquio realizado em Paris, em 1938, no Instituto Internacional de Cooperação Intelectual (dir.), em Paris. Abaixo: encontro da Sociedade de Mont Pèlerin, outro evento inaugural do neoliberalismo, realizado em 1947 na Suíça e organizado por Friedrich von Hayek (centro, de bigode)

Hoover Institution



Eu sugeri que as “fricções” e “perturbações” reconhecidas pelos economistas clássicos — para em seguida negligenciá-las — eram, na verdade, os problemas sociais que deveriam ter sido, e em uma sociedade que pratica a divisão do trabalho sempre devem ser, a principal preocupação de homens esclarecidos. Pois as fricções e perturbações marcam os pontos nos quais a ordem social está em conflito com a economia (Lippmann, 2017, p. 208, tradução nossa).

A partir desse diagnóstico, Lippmann propôs uma reformulação do liberalismo, de forma a torná-lo uma filosofia capaz de lidar com as problemáticas do novo século e assim assegurar ordem social à economia do século XX, caracterizada pela forte presença da indústria:

Não há absolutamente nada nas necessidades da nova economia que obrigue a sociedade a ser indiferente aos custos humanos. Não há absolutamente nenhuma razão pela qual alguma parte da riqueza produzida não possa ser tomada por meio de tributação e usada para garantir e indenizar os seres humanos contra suas perdas pessoais no progresso da indústria (Lippmann, 2017, p. 223, tradução nossa).

Seria necessário, portanto, ampliar a atenção do pensamento liberal para incluir, além dos interesses individuais, também o que Lippmann denomina de “custos humanos”, sendo estes relacionados à adaptação dos indivíduos à nova realidade econômica da grande indústria. Nota-se, apesar de incipiente, uma preocupação do autor em relação a um tópico crucial para o entendimento do liberalismo e do neoliberalismo que o sucederia: a ausência do ser humano enquanto eixo epistêmico.

Ambas as filosofias entendem o indivíduo como a unidade básica das sociedades e o interesse privado como o fundamento que guia as relações interpessoais. Seu foco, portanto, reside no *homo economicus*, no aspecto econômico-mercadológico do indivíduo, uma dimensão específica da experiência humana. Há uma negligência para com as demais dimensões da sociabilidade, o que torna essas filosofias incapazes de explicar e ordenar a realidade concreta de qualquer população.

As críticas dirigidas ao liberalismo clássico durante o Colóquio de Walter Lippmann foram surpreendentemente arguciosas, o que demonstra que mesmo os intelectuais liberais se tornaram cientes das limitações de sua doutrina. Além do próprio Lippmann, Alexander Rüstow também se destacou ao afirmar:

O homem precisa de liberdade e unidade tanto quanto precisa de alimento e água. No entanto, assim como, se necessário, ele pode sobreviver por mais tempo sem comer do que sem beber, claramente também pode viver por mais tempo sem liberdade do que sem unidade. Ele viveu sem liberdade por milênios, mas não poderia suportar dois séculos sem unidade. A falta de integração, a sede de integração — esse foi o mais grave mal social do período pós-guerra, e sabemos como aqueles que têm sede se lançam até mesmo sobre as poças mais sujas (Rüstow, 1938 *apud* Reinhoudt; Audier, 2018, p. 162, tradução nossa).

Segundo sua análise, o liberalismo teria como falha a ausência de unidade social, o que tornou as sociedades europeias permeáveis a experiências como o fascismo. Novamente foi constatado que o liberalismo clássico negligenciou a complexidade da sociabilidade humana, e com isso tornou-se inepto para explicá-la e ordená-la. A posição de Louis Marlio, outro liberal participante do colóquio, convergiu para a de Rüstow. Em sua visão, a ascensão do nazismo e do fascismo seria compreensível, pois esses regimes ofereceram aos indivíduos uma integração social que o liberalismo não poderia lhes oferecer:

Se vejo, além disso, na necessidade vital de integração — até então insuficientemente satisfeita — uma razão essencial para o sucesso do nacional-socialismo e do fascismo, isso claramente não significa que considero justificada e digna de elogio a maneira como essa necessidade legítima está sendo agora atendida. Apenas acredito que não temos chance de triunfar contra esse movimento se não discernirmos e reconhecermos a necessidade que está em sua base e se não tivermos a oferecer um meio superior de satisfazê-la (Marlio, 1938 *apud* Reinhoudt; Audier, 2018, p. 169, tradução nossa).



Estátua do filósofo chinês Confúcio (551-479 a.C.) em área de templo confucionista em Nanquim, China

Parte dos membros do colóquio aproximaram-se, como visto, de explicar o principal problema do liberalismo clássico: a ausência do ser humano enquanto eixo epistêmico. No entanto, tais conclusões acertadas ficaram restritas aos anais do evento, e funcionam muito mais como registro histórico das insuficiências autodiagnosticadas do liberalismo do que como fundamento para a construção do que viria a se denominar de neoliberalismo. Pode-se dizer, em verdade, que o primeiro encontro da Sociedade de Mont Pèlerin foi o evento realmente responsável por gestar o que é hoje reconhecido como neoliberalismo. Ao colóquio coube tão somente o chamado aos liberais do mundo para repensar sua filosofia.

Isso se deu porque essa nova reunião de liberais contou com uma formação diferente da do evento anterior. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos da América aumentaram sua influência econômica e intelectual. Por outro lado, os liberais franceses foram severamente abalados pela ocupação nazista de seu país, com alguns fugindo e outros se aliando ao governo de Vichy (Mirowski; Plehwe, 2009). Nesse contexto, em 1947, Friedrich von Hayek organizou um encontro liberal no hotel suíço Mont Pèlerin para discutir os rumos do liberalismo, assim como fora feito no Colóquio de Walter Lippmann. O evento contou com uma participação muito mais significativa de estadunidenses: 17 dos 39 membros, considerando que três deles eram austríacos repatriados.

Se a obra de Lippmann funcionou como a base para o colóquio, foram as obras de Hayek e de sua instituição, a Escola de Chicago, que guiaram o evento suíço. A maioria de seus membros estadunidenses tinha relação direta ou indireta com os Chicago Boys, defensores ferrenhos do mercado enquanto instrumento ótimo de alocação de recursos.

Da nova correlação internacional de forças e da nova composição do quadro liberal, resultou que o evento de Mont Pèlerin desconsiderou as críticas de Lippmann, Rüstow e Marlio ao liberalismo clássico. O liberalismo reformado proposto ao final das reuniões apresentou, na verdade, um aprofundamento do que aqueles autores denunciaram. Este, que viria a ser denominado de *neoliberalismo*, fixou como seu centro epistêmico o mercado, em

Se em toda parte o neoliberalismo condiciona os indivíduos a um constante estado de competição e os aliena de suas coletividades, nos países subdesenvolvidos ocorre uma negação de suas especificidades culturais e uma reafirmação de sua subalternidade econômica

vez do *homo economicus*, e o fez destacando seu aspecto concorrencial.

Milton Friedman, importante pensador da Escola de Chicago, colega de Hayek e participante do evento de Mont Pèlerin, assim sintetiza essa transição:

O neoliberalismo aceitaria a ênfase do liberalismo do século XIX na importância fundamental do indivíduo, mas substituiria o objetivo do *laissez-faire* desse período pelo objetivo da ordem competitiva como meio para esse fim. Ele buscaria utilizar a concorrência entre produtores para proteger os consumidores da exploração, a competição entre empregadores para proteger os trabalhadores e proprietários, e a concorrência entre consumidores para proteger as próprias empresas. O Estado teria a função de supervisionar o sistema, estabelecer condições favoráveis à concorrência e impedir monopólios, fornecer um quadro monetário estável e aliviar casos de extrema miséria e sofrimento. Os cidadãos seriam protegidos contra o Estado pela existência de um mercado privado livre e, uns contra os outros, pela preservação da concorrência (Friedman, 1951, p. 3, tradução nossa).

Se o liberalismo clássico negligenciava parte das relações humanas ao focar sua atenção no *homo economicus*, o neoliberalismo nega-as completamente: seu eixo epistêmico nem ao menos é algum aspecto do próprio ser humano, mas sim o mercado. E esse “mercado” neoliberal parte ainda de uma abstração, uma vez que a esfera mercadológica, em seus múltiplos determinantes, é reduzida à lógica concorrencial mencionada por Friedman.

Por conta disso, a sociedade neoliberal se configura como um conjunto de indivíduos que se relacionam entre si apenas pelo viés da concorrência mercadológica. Disputam-se cargos entre colegas de trabalho, verbas entre instâncias do poder público e, no plano internacional, posições privilegiadas entre os membros dos mercados globais. É dessa nova racionalidade, baseada na competitividade de mercado, que emerge o modelo neoliberal de globalização:

O critério principal é a competitividade; dele derivam os imperativos universais de desregulação, privatização e redução da intervenção governamental nos processos eco-



Milton Friedman
(1912-2006),
economista norte-
americano, pioneiro
do pensamento
neoliberal

nômicos. O neoliberalismo está transformando os Estados em amortecedores situados entre as forças econômicas externas e a economia nacional; ou seja, agências destinadas a adaptar as economias nacionais às demandas da economia global. Assim, o mercado se liberta de quaisquer barreiras nacionais, submetendo a sociedade global às suas leis (Cox, 1995, p. 39).

A sociedade global é, assim, submetida a um modelo que prescinde de uma atuação ativa dos Estados em suas respectivas economias. As relações entre as sociedades deixam de ser mediadas pelas instituições públicas e passam a se pautar pela concorrência, espelhando o que ocorreu com as relações interpessoais no âmago das sociedades neoliberais.

Nessa busca por difundir pelo mundo uma abstração pretensamente universal, isto é, a concorrência de mercado, o neoliberalismo acaba por generalizar as sociedades em que penetra. Assim, as especificidades de cada região são mercantilizadas ou, quando isso não é possível, negadas pela globalização neoliberal: “É assim que o pensamento neoliberal inventa um mundo que parece integrado, que tende a funcionar harmonicamente, no qual as ‘complementaridades’ não só substituem como suprimem as ‘antinomias.” (Ianni, 1998, p. 31-32)

Boaventura Santos converge para essa perspectiva ao afirmar que a globalização neoliberal é “um novo passo do capitalismo global, no sentido de sujeitar a totalidade inesgotável do mundo à lógica mercantil” (Santos, 2002, p. 274). A essência da globalização neoliberal é, portanto, uma expansão predatória e generalizadora da razão neoliberal, cuja essência é a competição mercadológica e o pressuposto é a limitação da atuação do Estado.

Dessa limitação surge uma outra característica da globalização neoliberal: se por um lado esse fenômeno nega as especificidades de cada país e região, homogeneizando o mundo, por outro ele amplia as desigualdades entre as nações desenvolvidas e subdesenvolvidas. Isso ocorre pois, ao negar aos Estados a possi-

A criação de valor deixa de ser a necessidade primária do modo de produção, e o projeto passa a ter como objetivo último a produção de utilidade à sociedade. Na economia do projetamento, por conseguinte, a relação entre custo e benefício é concebida em termos de utilidade social

bilidade de intervir ativamente na economia, desenvolvendo suas respectivas nações, o neoliberalismo acaba por favorecer a reprodução das assimetrias do atual sistema econômico internacional. É o que conclui, por exemplo, Ha-Joon Chang:

[O] livre comércio, as políticas de livre mercado são políticas que raramente funcionaram, se é que um dia deram certo. A maioria dos países ricos não utilizou essas políticas quando eram países em desenvolvimento, enquanto essas políticas desaceleraram o crescimento e aumentaram a desigualdade da renda nos países em desenvolvimento nas últimas três décadas (Chang, 2013).

É nesse sentido que o neoliberalismo se torna, para além de uma mera filosofia construída nos Alpes Suíços, parte essencial da superestrutura capitalista: ele atua na reprodução da divisão internacional do trabalho, que torna possível o capitalismo financeirizado. Nessa etapa do capitalismo, o capital prefere se valorizar na esfera financeira, pois esta oferece taxas e ritmos de lucratividade mais elevados do que os oferecidos pela esfera produtiva: “Na base do capitalismo estão o trabalho social e o dinheiro que ‘aparece’ valorizando-se a si mesmo, mas percorre de fato o caminho da produção. Porém, é uma parte cada vez menor do dinheiro que percorre o caminho da produção [...]” (Tavares, 1998, p. 67)

Esse capitalismo financeirizado renega, então, a produção efetiva de mercadorias e a delega ao mundo subdesenvolvido, aproveitando-se, portanto, da condição subalterna desses países. O neoliberalismo torna-se extremamente útil para esse sistema, alienando dos Estados nacionais o potencial de desenvolver suas economias e assim galgar posições mais favoráveis na divisão internacional do trabalho.

A desregulamentação proposta pelo neoliberalismo favorece ainda o livre fluxo de capitais, que por sua vez permite ao capitalismo financeirizado penetrar em mercados locais

e realizar constantemente seu ciclo de valorização. Esse fenômeno é assim sintetizado por Alfredo Saad-Filho:

O neoliberalismo baseia-se no poder do Estado para impor a hegemonia da finança globalizada em cada área da vida social, em particular a própria produção, sob o véu ideológico da não intervenção; e ele exige que cada Estado nacional dirija, apoie e gereencie a internacionalização da produção e das finanças em seu território. A forma de reprodução social que se segue é tipicamente *neoliberal* — ela é a forma historicamente específica de existência do capitalismo contemporâneo, ou o sistema de acumulação dominante (Saad-Filho, 2015, p. 67).

Em suma, a globalização neoliberal deve ser entendida como um processo que se originou no primeiro encontro da Sociedade de Mont Pèlerin, em 1947, como resultado de uma renovação e radicalização do liberalismo clássico. Tornou-se, então, um elemento da formação econômico-social do capitalismo financeirizado, por sua capacidade de reproduzir as assimetrias econômicas entre as nações desenvolvidas e subdesenvolvidas, garantindo com isso a atual divisão internacional do trabalho. Suas consequências mostram-se particularmente violentas: se em toda parte o neoliberalismo condiciona os indivíduos a um constante estado de competição e os aliena de suas coletividades, nos países subdesenvolvidos ocorre uma negação de suas especificidades culturais e uma reafirmação de sua subalternidade econômica.

Em resposta à globalização neoliberal, o modelo de globalização chinês emerge a partir da nova economia do projetamento e oferece uma alternativa ao propor o estabelecimento de uma comunidade internacional cooperativa, com respeito às especificidades locais e objetivando a prosperidade e o bem comuns, conforme tratado na seção seguinte.

3. A NOVA ECONOMIA DO PROJETAMENTO E A GLOBALIZAÇÃO INSTITUÍDA PELA CHINA

Antes de iniciar a discussão quanto à orientação geopolítica chinesa e seu novo modelo de globalização emerso da NEP, é fundamental resgatar as contribuições seminais de Ignácio Rangel no que tange à economia do projetamento. Segundo Rangel (1956), o projetamento é, em sua essência, o modo como se materializa o investimento; diz respeito à alocação de recursos e à seleção da técnica, de forma que o projeto se constitua na melhor escolha em termos do custo e do benefício sociais.

É crucial ressaltar, no entanto, que tal análise de custo e benefício difere daquela conduzida pelo empresário privado, como destaca Rangel (1956). Sobretudo, o custo e o benefício social tomados em consideração pelo projetamento estatal contemplam a sociedade em sua totalidade, enquanto o empresário privado os analisa em função apenas dos interesses de sua empresa. Além disso, o projetamento estatal oferece capacidade de coordenação e de ampliação do horizonte temporal do projeto em patamares inatingíveis pela ação individual do empresário:

O balanço da economia nacional deve conduzir-nos por um caminho mais curto aos mesmos resultados que busca o empresário privado por sua ação empírica: em resumidas contas, deve, no conjunto, indicar-nos projetos que maximizem o benefício para o mesmo custo, com duas importantes qualificações. Em primeiro lugar, essa maximização deve referir-se, tanto quanto possível, a toda a vida do projeto, não a um momento isolado. Geralmente o empresário privado orienta-se pelo custo e pelo benefício, tais como estes

resultam dos preços vigentes antes do projeto, e não é raro que suas expectativas se revelem ilusórias, por efeito do seu e de outros projetos concomitantes. Em segundo lugar, os conceitos de custo e de benefício devem ser reformulados, no sentido de que comportem não apenas o custo e o benefício diretos, mas também os indiretos. Nosso critério deve ser o custo e o benefício para a sociedade, não para a empresa (Rangel, 1956, p. 257).

Assim, na economia do projetamento, conforme Jabbour *et al.* (2020), a categoria utilidade¹ se encontra no cerne da análise econômica, em detrimento mesmo da categoria valor. A criação de valor deixa de ser a necessidade primária do modo de produção, e o projeto passa a ter como objetivo último a produção de utilidade à sociedade. Na economia do projetamento, por conseguinte, a relação entre custo e benefício é concebida em termos de utilidade social. Ainda segundo Jabbour *et al.* (2020, p. 28), o projetamento constitui o ápice do papel da razão sobre o processo de produção:

Ignácio Rangel, em sua “ciência do projetamento”, estava a sistematizar a *razão* e sua expressão no processo de reprodução social, sendo o processo de produção (de *utilidades*) não somente seu próprio núcleo, mas também seu campo privilegiado de ação. O projetamento é instrumento de um Estado guiado pela ciência em todos os seus matizes.

Além disso, Rangel (1956) observa que o projetamento existe apenas em condições específicas, concretas. Não há um projetamento geral, abstrato, e muito menos ideal. Dado esse caráter, o projetamento é, em essência, espacial e historicamente determinado. A compreensão das dinâmicas gerais do sistema econômico é instrumento para as decisões de alocação de recursos e seleção da técnica, mas o projeto, em si mesmo, não pode prescindir da análise da especificidade das condições locais e do respectivo momento histórico:

O planejamento e o projetamento econômicos não poderão ser feitos cientificamente exceto se tomarmos em consideração as peculiaridades da economia em que se fazem. O planejamento em geral, “puro”, é um mito. [...] Por outro lado, só a compreensão do funcionamento geral do mecanismo econômico pode, no nível do projetamento, instruir-nos como, pela seleção de técnicos e alocação de recursos, agir no sentido desejado, sobre a estrutura da oferta e sobre a da procura (Rangel, 1956, p. 212).

A NEP emersa na China, portanto, obedece a configurações específicas de tempo e espaço. Deriva da concepção de economia do projetamento de Ignácio Rangel, mas tem sua efetivação determinada pelo momento histórico e pelas condições estruturais do território e da formação econômico-social da China. Assim, a NEP se estabelece como uma forma superior de planificação e de elaboração de projetos econômicos, tendo à disposição novos instrumentos técnicos (como *big data* e inteligência artificial) e institucionais (como a sofisticada estrutura de propriedade do Estado chinês e o controle sobre os instrumentos de acumulação), como apontam Jabbour *et al.* (2020).

¹ Cabe destacar que a noção de utilidade na economia do projetamento difere daquela referida pela economia neoclássica, como enfatizam Jabbour *et al.* (2020, p. 27-28): “Oportuno notar que, ao manejarmos o conceito de utilidade, estamos trabalhando sob uma outra perspectiva, algo muito distante da maximização da utilidade, muito cara aos neoclássicos, que [a] definem como uma resposta do indivíduo confrontado com a concorrência e o mercado [...]. A utilidade aqui é posta inclusive como separada da categoria valor, justamente por ser o nômemo de um momento histórico em que a criação de valor vai deixando de ser uma necessidade primária do sistema.”

Desse modo, a NEP é uma inédita capacidade estatal no que se refere à racionalização do planejamento e projetamento econômicos (Jabbour; Dantas; Vadell, 2021); é o estágio mais elevado de instrumentalização da razão como meio de enfrentamento dos desafios para o desenvolvimento (Jabbour; Capovilla, 2024). Adiante, a NEP é discutida em mais detalhes enquanto forma mais avançada do socialismo com características chinesas (Jabbour; Dantas; Vadell, 2021).

Apresentadas a economia do projetamento e a NEP, é possível retomar a discussão quanto ao modelo de globalização chinês. Contudo, antes de tratar desse novo modelo de globalização propiciado pela NEP, cabe resgatar a trajetória histórica da estratégia geopolítica e das relações econômicas internacionais da República Popular da China desde a Revolução de 1949.

Primeiramente, cabe salientar que os valores civilizacionais construídos ao longo de 5 mil anos de história constituem as bases para a orientação da estratégia geopolítica da China (Jabbour; Dantas; Vadell, 2021). Conforme documentado pelo International Cooperation Center (ICC, 2024), órgão constitutivo do governo central chinês, há sete décadas a China guia suas relações internacionais por meio dos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica, quais sejam: (i) respeito mútuo pela soberania e integridade territorial; (ii) não agressão; (iii) não interferência em assuntos internos; (iv) igualdade e mútuo benefício; e (v) coexistência pacífica. Mais recentemente, com a irrupção e estabelecimento de um estágio superior de desenvolvimento alcançado pela China, isto é, com a formação da NEP, novas diretrizes geopolíticas foram introduzidas pela concepção de *comunidade de destino compartilhado para a humanidade* (Jabbour; Dantas; Vadell, 2021).

Aqui, propomos tratar dessas duas “fases” de orientação geopolítica da China contemporânea. Embora o próprio ICC (2024) reafirme que os Cinco Princípios de Coexistência Pacífica são atemporais, a proposição da ideia de *comunidade de destino compartilhado para a humanidade* marca a transição para uma nova estratégia de posicionamento geopolítico, propiciada pela NEP. Na primeira fase, a orientação geopolítica chinesa refletia as ambições, no plano internacional, de uma civilização que, sob as bases do “socialismo com características chinesas”², ainda se encontrava em momento de ampliação e desenvolvimento de suas forças produtivas e de sua base material.

Na segunda fase, por sua vez, a orientação geopolítica chinesa se manifesta em uma estratégia mais ambiciosa, como contraponto à globalização neoliberal, já no contexto de um mundo multipolar: trata-se da *globalização instituída pela China* (GIC), conforme proposto por Vadell, Secches e Burger (2019). A GIC apresenta-se, portanto, como a vertente geopolítica da NEP, que Jabbour, Dantas e Vadell (2021, p. 97) entendem como “forma histórica mais avançada do socialismo com características chinesas”.

² Sobre o “socialismo com características chinesas”, Jabbour e Capovilla (2024, p. 6-7) afirmam: “Em um país caracterizado pelo objetivo familiar da prosperidade e fartura, a busca pela verdade nos fatos e a emancipação da mente se transformaram em instrumentos de luta política e ideológica por um marxismo avesso ao ascetismo. Já em Deng Xiaoping, o marxismo e o socialismo demandam validação teórica por meio do acréscimo da capacidade estatal de ampliar a base material da sociedade, aprimorar o Estado socialista e melhorar a vida do povo. Na verdade, o que Deng Xiaoping popularizou como ‘socialismo com características chinesas’ nada mais é do que a efetivação da necessária correspondência entre a teoria universal do marxismo às [sic] condições concretas da China. É da substância lógica do materialismo contemporâneo sua realização na história.”

Remetendo, primeiramente, às origens da civilização chinesa para a compreensão das bases epistemológicas que norteiam a estratégia geopolítica da China, cabe resgatar a síntese de Jabbour, Dantas e Vadell (2021, p. 99):

A China é uma civilização milenar, nascida após o processo de sedentarização de tribos nômades nos grandes vales dos rios Yangtsé e Amarelo. Com cerca de 5 mil anos de existência, esta civilização passou a orbitar em torno de milhares de famílias camponesas cuja produção em larga escala de arroz e demais cereais foi-se tornando a principal ocupação laboral. As possibilidades abertas pela abundância de água e solo fértil levou [sic] a um rápido desenvolvimento de suas forças produtivas materiais, criando condições ao [sic] precoce surgimento de uma larga economia de mercado. [...] Guardadas as devidas proporções históricas, a China já surge como uma forma primitiva de Estado desenvolvimentista secular. Essa característica é resultado de um Estado nacional que nasce tendo diante de si a tarefa de organizar, elaborar e executar milhares de intervenções sobre o território diante da necessidade de contenção de enchentes e de construção de cidades comerciais e administrativas.

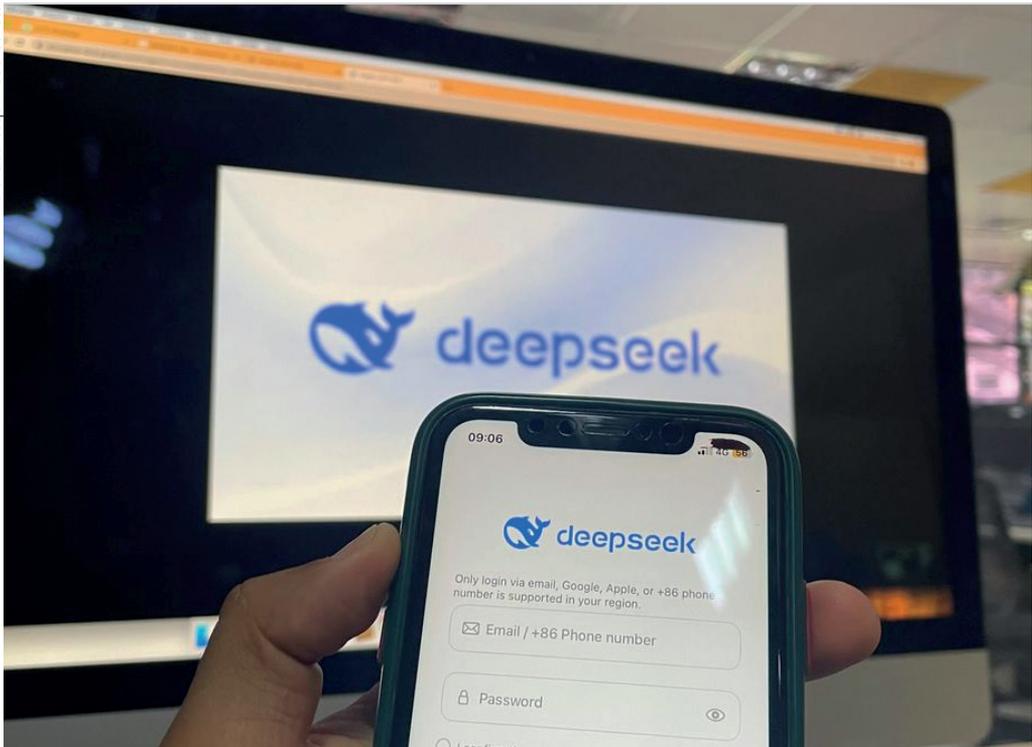
Portanto, a China já nasce enquanto civilização de mãos dadas com um Estado nacional de extraordinária capacidade de elaboração, organização e execução de intervenções de elevada magnitude, orientado ao alcance do bem-estar comum. Os atributos histórico-civilizacionais moldam o Estado chinês na persecução de seus objetivos intra e extraterritoriais, mediante robusta capacidade de intervenção.

Assim, a orientação geopolítica chinesa ao longo das últimas sete décadas é produto da extraordinária capacidade de atuação e influência do Estado chinês. Quanto às origens dessa estratégia de ação internacional, Richardson (2005) afirma que os Cinco Princípios de Coexistência Pacífica foram elaborados pelo Partido Comunista Chinês (PCC) ao longo da década de 1940 e consolidados por Mao Zedong antes mesmo do estabelecimento da República Popular da China, em outubro de 1949. Conforme afirma Liu (2014, p. 13, tradução nossa):

Os Cinco Princípios foram uma resposta direta ao apelo dos países em desenvolvimento contra o imperialismo, o colonialismo e o hegemonismo, refletindo as aspirações dessas nações por independência, autonomia, progresso e desenvolvimento. Além disso, os Cinco Princípios abriram um caminho pioneiro para a cooperação entre países com diferentes ideologias e sistemas sociais.

Aqui, cabe destacar dois pontos principais. Primeiro, os Cinco Princípios de Coexistência Pacífica são propostos como uma resistência ao imperialismo, colonialismo e hegemonismo. Ou seja, são uma resposta à globalização predatória gestada pelo Ocidente. Segundo, os Cinco Princípios se apresentam como uma ideologia sincrética, capaz de unir sociedades distintas, com respeito às soberanias e autonomias nacionais, em torno de propósitos comuns, como a paz, a igualdade e a prosperidade.

Para além da retórica, os Cinco Princípios materializam-se nas ações geopolíticas da República Popular da China. Conforme Richardson (2005), em linhas gerais, as relações diplomáticas chinesas de fato guiaram-se pelos Cinco Princípios, a despeito de um curto período, entre 1966 e 1968, nos anos iniciais da Revolução Cultural. Nesse breve intervalo, os Cinco Princípios foram suplantados por uma estratégia mais agressiva de apoio a movimentos revolucionários estrangeiros. Contudo, com o resgate dos Cinco Princípios na política



Deepseek, chat de inteligência artificial chinês, abre novas fronteiras para a “globalização” oriunda da economia do projeto

externa, a China voltou a criar laços diplomáticos com uma variedade de Estados, mirando, em última instância, o estabelecimento de um “novo modelo” de relações internacionais. Como afirma Richardson (2005, p. 103-104, tradução nossa),

até o momento, várias escolhas importantes da política chinesa permaneceram estritamente nos marcos dos Cinco Princípios. Em vez de concentrar seus esforços apenas em outros Estados socialistas do Sudeste Asiático, a China dedicou considerável energia ao fortalecimento de laços com uma variedade de nações. [...] Parte da motivação de Pequim era a necessidade de demonstrar — independentemente das ameaças — seu compromisso com uma nova forma de conduzir as relações entre os Estados.

Esse “novo modelo” de relações internacionais, como apontam Liu (2014) e ICC (2024), refletem a ambição chinesa de promover um novo padrão de relações entre Estados, pautado pela paz, pelo respeito às soberanias nacionais e pelo desenvolvimento comum, como determinam os Cinco Princípios. Nisso reside o contraponto chinês ao imperialismo, colonialismo e hegemonismo promovidos pelo Ocidente. Ademais, tal estratégia de inserção geopolítica também é reflexo dos esforços de Mao Zedong “na manutenção do poder diante de um cenário internacional amplamente hostil”, como afirmam Jabbour e Capovilla (2024, p. 7).

Durante e após a era das reformas, as ações geopolíticas chinesas caracterizam-se pelo pragmatismo, como aponta Zhang (2015). O axioma estratégico de Deng Xiaoping, *tao guang yang hui* (韬光养晦, ou “manter um perfil discreto”), reflete a orientação pragmática das relações internacionais nesse período. Em linha com os Cinco Princípios, nos planos

político e militar a China preservou a estratégia de cooperação e coexistência pacífica; no plano econômico, as relações internacionais pautaram-se pelo aproveitamento das oportunidades criadas pela integração do país a economias capitalistas (Zhang, 2015).

Como Jabbour, Dantas e Vadell (2021) indicam, as ações dos Estados no âmbito internacional são condicionadas pela estrutura nacional. Assim, é imprescindível relacionar a estratégia geopolítica pautada pelos Cinco Princípios ao estágio em que se encontrava o “socialismo com características chinesas”.

Nesse sentido, cabe aqui sintetizar as etapas do desenvolvimento da República Popular da China. Medeiros (2013) propõe uma periodização em seis etapas, quais sejam: (i) coletivização das terras, de 1949 a 1958; (ii) “grande salto” da indústria pesada, entre 1958 e 1966; (iii) Revolução Cultural, entre 1966 e 1978; (iv) introdução do sistema de “responsabilidade familiar” e abertura externa, de 1978 a 1991; (v) aprofundamento das reformas, diversificação das exportações e expansão da indústria pesada, de 1991 a 2001; e, por fim, (vi) investimento em infraestrutura e indústria pesada, entre 2001 e 2009.

Nesse contexto do desenvolvimento nacional, em especial com as reformas e abertura externa pós-1978, as relações internacionais da China, embasadas nos Cinco Princípios, guiavam-se pelo pragmatismo e pela inserção na economia capitalista para, conforme aponta Borghi (2015), superar gargalos tecnológicos e a restrição à entrada de divisas estrangeiras, de modo a complementar os recursos domésticos e prover as condições necessárias ao desenvolvimento econômico. Portanto, nessa primeira fase de orientação geopolítica chinesa, segundo o modelo que aqui propomos, a China instrumentalizou suas relações internacionais para o desenvolvimento de suas bases materiais e suas forças produtivas.

Além disso, a orientação geopolítica da China nesse momento, mais comedida e pragmática, era também reflexo de sua posição perante o Ocidente. Dado que as bases materiais e as forças produtivas chinesas encontravam-se em período de ampliação e desenvolvimento, a China ainda não havia reunido as condições para fazer frente à liderança dos Estados Unidos.

No entanto, esse status se subverte, uma vez que a China desenvolve internamente um núcleo de progresso técnico e amplia suas bases materiais. Ou seja, a China alcança, nos termos de Jabbour, Dantas e Vadell (2021), um estágio superior do socialismo, a NEP, reunindo as condições e capacidades materiais para elevar sua influência internacional, agora oferecendo um contraponto ao modelo neoliberal liderado pelos Estados Unidos.

Assim, esse novo estágio de desenvolvimento do socialismo com características chinesas tem seu *turning point* com o 11º Plano Quinquenal (2006-2010), que recria o Sistema Nacional de Inovação (SNI) chinês, responsável por disrupções tecnológicas em áreas como inteligência artificial (IA), *big data* e 5G (Jabbour; Capovilla, 2024). Com o estabelecimento da NEP, inaugura-se uma nova fase de orientação geopolítica da República Popular da China, remetendo ao conceito de *globalização instituída pela China*, proposto por Vadell, Secches e Burger (2019).

Como supramencionado, Jabbour, Dantas e Vadell (2021) afirmam que não é possível dissociar a estratégia geopolítica chinesa de suas origens histórico-civilizacionais. Conforme afirmam os autores, nesta fase, sob a liderança de Xi Jinping, a China orienta suas relações internacionais pela concepção de *comunidade de destino compartilhado para a humanidade* (CDCH, ou *renlei mingyun gongtongti* [人类命运共同体]). Tal concepção remete ao confucionismo, como aponta Zhang (2015, p. 215-216, tradução nossa):

Uma grande estratégia confuciana de relacionamento inclusivo pode conceber seus objetivos principais em dois níveis. No primeiro nível, mais prático, a estratégia deve visar estabelecer relações de benefício mútuo e confiança com todos os países do mundo. No segundo nível, mais visionário, deve-se procurar estabelecer a humanidade como o propósito moral central das relações internacionais e, assim, criar uma comunidade internacional humanizada de Estados. Os conceitos-chave nessa formulação são relacionamento, benefício mútuo, confiança e humanidade. O confucionismo, como forma de vida, é fundamentalmente um paradigma ético de vida social relacional. Em vez de usar relacionamentos particulares para alcançar fins instrumentais, o confucionismo toma o estabelecimento de relacionamentos adequados como o fim da interação social. É o caráter e a qualidade particulares dos relacionamentos que uma vida social confuciana busca. Historicamente, os confucionistas consideravam o *ren* a qualidade relacional mais alta. O *ren* era entendido como uma condição psicológica capaz de produzir sentimentos de afeto e obrigação com vínculos emocionais e implicações éticas. [...] O conceito de ganha-ganha para todos (*Gòng yíng* [共贏]), enfatizado em quase todas as principais declarações de política externa da administração Xi, é claramente um conceito relacional.

Ou seja, a globalização instituída pela China, orientada pela CDCH, tem como pilares fundamentais a promoção da prosperidade e do bem comuns, por meio de relações internacionais pautadas pela cooperação e respeito às soberanias e às diferenças culturais entre os povos (Jabbour; Dantas; Vadell, 2021). Trata-se, portanto, de um modelo de globalização oposto ao neoliberal, caracterizado pela ascensão da concorrência interestatal. Como registra Liu (2014, p. 479, tradução nossa):

Para alcançar um progresso mútuo e vantajoso, os países precisam se engajar em uma cooperação internacional mutuamente benéfica com base na igualdade. Eles devem promover o estabelecimento de uma comunidade de destino compartilhado, na qual o desenvolvimento seja alcançado e compartilhado por todos. Os países devem promover a cooperação econômica com base no benefício mútuo e impulsionar o desenvolvimento comum por meio de seu próprio desenvolvimento, o qual, por sua vez, pode ser garantido pelo desenvolvimento comum. Os países devem abandonar a mentalidade de choque de civilizações e promover intercâmbios entre diferentes culturas, como o do chá e o do café. É importante avançar no desenvolvimento coordenado e sustentável da economia, da sociedade e do meio ambiente, promover o bem-estar duradouro da humanidade e os interesses comuns da comunidade internacional.

Assim, nota-se que, no plano das ideias, a CDCH é uma continuidade (ou uma evolução) dos ideais já expressos nos Cinco Princípios. Contudo, no plano das ações concretas, a CDCH conduz um estágio superior — que se propõe mais ambicioso e influente que a fase antecessora — de estratégia geopolítica, no qual a China visa constituir as bases para um novo modelo de globalização, mais tolerante, inclusivo e próspero. Trata-se de um processo em início, mas que já se impõe em um mundo multipolar e contesta a ordem neoliberal comandada pelos Estados Unidos.

Em vista do exposto, a GIC, emersa da forma histórica mais avançada do socialismo com características chinesas e orientada pela CDCH, expressa o plano chinês de instrumen-

talização da razão e da técnica em prol da prosperidade e do bem comum. Como afirmam Jabbour e Capovilla (2024, p. 20), a NEP

também pode ser vista como governança baseada no exercício da *razão* — liderança política comprometida com a totalidade sistemática dos desafios a serem enfrentados na consecução dos objetivos nacionais do desenvolvimento, prosperidade e bem comuns socialistas. Uma espécie de *science-led government* que confere ao socialismo com características chinesas forma histórica especial na transformação da razão em instrumento de governo.

Desse modo, a GIC pode ser interpretada como um esforço de promoção internacional do modelo chinês de desenvolvimento, ou do socialismo com características chinesas, que encontra na NEP sua forma histórica mais avançada. No que diz respeito às políticas externas nessa nova fase, a frente mais ambiciosa se materializa com os robustos investimentos em infraestrutura da Belt and Road Initiative (BRI, ou Iniciativa do Cinturão e Rota), como apontam Jabbour, Dantas e Vadell (2021, p. 102-103):

Dialeticamente a China assume uma posição na arena internacional onde seu desenvolvimento econômico se desdobra para muito além de suas fronteiras. As possibilidades abertas por um estágio único e novo de desenvolvimento (nova economia do projeto) colocam o país em condições de destravar os investimentos em infraestrutura em escala global. Suas instituições financeiras, a capacidade instalada de sua indústria, uma governança baseada na razão (*science-based government*) e a velha bandeira que um dia sacudi a periferia colonial em nome do direito ao desenvolvimento e planejamento das políticas nacional [sic] são os cordéis da GIC. [...] A GIC, amparada por sólidos instrumentos políticos, financeiros, institucionais e pelo BRI, gerados pela entrada da China em um inédito estágio de desenvolvimento — nova economia do projeto —, são uma antessala de uma moderna geopolítica popular e anticolonialista, em processo de evolução histórica.

Em suma, nesta seção buscamos contribuir, principalmente, fazendo uma distinção da estratégia geopolítica da República Popular da China em duas fases: na primeira, o socialismo com características chinesas ainda se encontrava em momento de ampliação de suas bases materiais e de suas forças produtivas. Assim, a estratégia geopolítica chinesa, sob as bases ideológicas dos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica, guiou-se pelo pragmatismo e por uma influência mais comedida no plano internacional. Nessa fase, as relações internacionais foram instrumentalizadas visando, sobretudo, ao desenvolvimento das capacidades internas de reprodução das bases materiais.

Uma vez desenvolvidas tais capacidades na fronteira da tecnologia (representada pela inteligência artificial, *big data* e 5G, entre outras), isto é, uma vez que a China alcança um estágio superior de desenvolvimento de suas forças produtivas, dado pela nova economia do projeto, inaugura-se uma nova fase de estratégia geopolítica: a *globalização instituída pela China*. Assim, com base em, sobretudo, Jabbour, Dantas e Vadell (2021) e Jabbour e Capovilla (2024), buscamos avançar com a ideia de que a globalização instituída pela China é produto da nova economia do projeto e reflete os valores histórico-civilizacionais do povo chinês, contidos na concepção de *comunidade de destino compartilhado para a humanidade*. Trata-se, portanto, de uma nova fase de atuação e influência da China em termos de política externa,

propiciada pelo estágio mais avançado de instrumentalização da razão e da técnica em nome da prosperidade e do bem comuns.

No contexto de um mundo multipolar, a China encontra-se na fase inicial do processo de ampliação internacional de seu modelo de desenvolvimento, que se propõe mais tolerante, inclusivo e igualitário que o modelo neoliberal dos Estados Unidos. A análise acerca da contraposição entre esses dois modelos é aprofundada na seção seguinte.

4. O CHOQUE

A ascensão da China à posição de superpotência global, propiciada pelo desenvolvimento do socialismo com características chinesas, isto é, pelo estabelecimento da nova economia do projetamento, tem posto em xeque a liderança hegemônica dos Estados Unidos. Emerge, nesse contexto, uma alternativa de globalização que se opõe ao modelo imposto pelo neoliberalismo.

Ideologicamente, os dois modelos apresentam diferenças fundamentais. Na vertente neoliberal, o mercado em seu aspecto concorrencial é o eixo epistêmico. Os indivíduos são por isso entendidos fundamentalmente como agentes de mercado, e a sociabilidade humana é reduzida à concorrência. Na alternativa chinesa, fortemente influenciada pelos valores históricos e civilizacionais do confucionismo, o estabelecimento de relações sociais adequadas — *proper relationships*, nos termos de Zhang (2015) — é tido como um fim em si mesmo, o que demonstra que, nesse sistema filosófico em que se alicerça a NEP, o ser humano e suas relações com a coletividade são o eixo epistêmico.

Disso resulta que, no neoliberalismo, o eixo epistêmico surge a partir de um conceito abstrato: a concorrência, elemento que passa a definir as complexas dinâmicas da dimensão mercadológica. Abstraído, esse conceito passa a ser entendido como universal, absoluto, e sua imposição ao mundo nega as antinomias regionais que, por suas características específicas, são incompatíveis com o capitalismo. O modelo chinês, por sua vez, entende-se como regional, dado que assume e valoriza suas raízes confucionistas, e por isso se propõe sincrético, respeitando as especificidades histórico-sociais dos diversos povos, como expresso nos Cinco Princípios e na CDCH. A globalização chinesa une diferentes para um objetivo universal e concreto, alcançar a prosperidade e o bem comuns, ao passo que a globalização neoliberal unifica os diferentes negando suas especificidades, para então sujeitá-los a uma entidade abstrata e (supostamente) universal: o mercado.

Como manifestação dessa divergência epistêmica, no plano internacional o neoliberalismo construiu um mundo globalizado permeado pela concorrência mercadológica, na qual Estados e empresas disputam entre si posições e recursos. Por outro lado, a NEP propõe ao

As consequências desse tensionamento tendem a ser determinadas tanto pela capacidade do capitalismo em adaptar-se quanto pelo estágio embrionário em que se encontra a nova economia do projetamento

mundo um modelo de desenvolvimento horizontal, cooperativo e benéfico para todos, em que se torna possível pautar a prosperidade e o bem comuns expressos na concepção da CDCH.

No entanto, do que foi tratado anteriormente, pode-se constatar que não se trata meramente de uma disputa epistêmica. O neoliberalismo tornou-se, após sua origem nos Alpes Suíços, um importante componente do capitalismo financeirizado, dado que atua na reprodução das assimetrias entre as nações desenvolvidas e subdesenvolvidas e assim garante a atual divisão internacional do trabalho. Já a GIC é desdobramento da NEP, o estágio mais avançado do socialismo chinês, que criou as condições materiais para a construção de um modelo de globalização cooperativo, objetivando a prosperidade e o bem comuns, assentados sobre os ideais confucionistas que emanam do processo histórico-civilizacional da China.

Dessa forma, as relações internacionais promovidas por esses modelos espelham as relações entre os indivíduos nas formações econômico-sociais que as originaram. A sociedade neoliberal oferece aos seus cidadãos uma sociabilidade baseada no individualismo e na concorrência mercadológica, e ao mundo, uma globalização em que as nações competem entre si por objetivos particulares, ao passo que a sociedade proposta pela NEP oferece como alternativa uma relação cooperativa entre seus cidadãos e entre as nações que a ela aderirem, generalizando assim a busca pela prosperidade e pelo bem comuns nos níveis pessoal e internacional.

Como derivação das divergências epistêmicas e de suas respectivas formações econômico-sociais, as globalizações neoliberal e chinesa divergem quanto ao padrão de relações internacionais para o qual cada uma aponta. No âmbito da globalização neoliberal, as interações político-econômicas entre países são pautadas pela concorrência interestatal. Nela, conforme supramencionado, as economias desenvolvidas atuam para preservar sua posição privilegiada na divisão internacional do trabalho, de modo a reproduzir as assimetrias existentes (Chang, 2013). Negam-se, por outro lado, as especificidades de cada nação, que não se alinham ao viés mercadológico do neoliberalismo (Santos, 2002).

Por outro lado, a globalização chinesa se propõe a estabelecer uma comunidade internacional cooperativa, com respeito às soberanias e autonomias locais, cujo objetivo é a promoção da paz, segurança e desenvolvimento produtivo e material do coletivo, isto é, de todos os países. Partindo da Revolução de 1949, a orientação geopolítica da China, pautada pelos Cinco Princípios, afirma-se como uma antítese ao padrão colonialista e imperialista de sua época, conforme apontado por Liu (2014). Desde Mao Zedong, a China objetiva fornecer um novo modelo de relações internacionais (ICC, 2024), distinto daquele difundido pelo Ocidente, que seja regido por relações ganha-ganha, ou seja, benéficas a todas as partes.

Com o desenvolvimento de suas bases materiais e de suas forças produtivas, e, conseqüentemente, com a emergência da NEP, a China enfim reuniu condições e capacidades para propor não somente uma nova diretriz de relações internacionais, mas um novo modelo de globalização que pudesse se contrapor à liderança dos Estados Unidos e sua globalização neoliberal. A globalização instituída pela China, baseada na CDCH, é ainda um processo incipiente, mas que de imediato já ameaça a posição estadunidense. No plano concreto, a principal vertente da GIC tem sido a Belt and Road Initiative (Jabbour; Dantas; Vadell, 2021).

Pela primeira vez desde a queda do Muro de Berlim, avulta-se no horizonte global uma alternativa contra-hegemônica à dominação estadunidense, que se reflete em uma ambiciosa e audaciosa rebelião epistêmica. A China, pela nova economia do projeto, oferece ao mundo não somente um novo modelo de desenvolvimento econômico, mas de

relações interpessoais e internacionais. Como contraponto à concorrência mercadológica, emerge a cooperação. Como superação da instrumentalização da sociedade pelo mercado, propõe-se a instrumentalização do mercado em prol do bem-estar social. Por fim, como resistência à generalização do capitalismo financeirizado, passa a ser possível conceber uma comunidade epistêmica que valoriza, em vez de negar, a imensa diversidade dos legados histórico-civilizacionais da humanidade.

5. CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, foram analisadas a globalização neoliberal, liderada pelos Estados Unidos, e a emergente globalização instituída pela China. Foi constatado a partir deste exercício de investigação que, com o desenvolvimento das bases materiais e das forças produtivas chinesas, cujo desdobramento é a nova economia do projetamento, a China ascendeu geopoliticamente: da periferia da divisão internacional do trabalho, converteu-se em alternativa viável ao capitalismo.

A essas formações econômico-sociais foram então contrapostas suas respectivas bases epistêmicas. De um lado, o neoliberalismo aparece enquanto renovação radical do liberalismo clássico, fundamentado na universalização da concorrência mercadológica nas dimensões interpessoal e internacional. Nele, as antinomias entre as nações são negadas pela hegemonia mercadológica, ao passo que as assimetrias econômicas são reproduzidas e acentuadas pela alienação da capacidade estatal de induzir o desenvolvimento econômico. De outro, a teoria revolucionária marxista e a filosofia milenar confucionista, conjugadas pela essência sincrética da nova economia do projetamento, compõem os alicerces do socialismo chinês. Propõe-se então a formação de uma comunidade epistêmica em nível global, cooperativa, tolerante e inclusiva, com respeito às soberanias e autonomias locais, que objetiva a consecução da prosperidade e do bem comuns.

As consequências desse tensionamento tendem a ser determinadas tanto pela capacidade do capitalismo em adaptar-se quanto pelo estágio embrionário em que se encontra a nova economia do projetamento. Contudo, o que se pode afirmar no momento é que essas consequências serão importante elemento para definir o legado da contemporaneidade para a história. Indubitavelmente, esse tema enseja futuras agendas de pesquisa, cuja relevância científica só encontra paralelos de grandeza no impacto histórico desse fenômeno.

* Bacharel em Ciências Econômicas, doutorando em Teoria Econômica pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e mestre em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp) e Unicamp. Pesquisador em nível de doutorado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). *E-mail*: caiohcirillo@gmail.com

** Doutorando e mestre em Ciências Econômicas pelo Instituto de Economia da Unicamp. *E-mail*: joaogmam@gmail.com

► Texto recebido em 31 de outubro de 2024; aprovado em 21 de janeiro de 2025.

BORGHI, Roberto A. Z. **Growth trajectories in the globalization era: a macrosectoral analysis of China and Brazil**. Cambridge: University of Cambridge, 2015.

CHANG, Ha-Joon. **23 coisas que não nos contaram sobre o capitalismo**. São Paulo: Cultrix, 2013.

COX, Robert W Warburton. Critical political economy. In: HETTNE, Björn (Org.). **International political economy: understanding global disorder**. London: Zed Books, 1995. p. 31-45.

FRIEDMAN, Milton. Neo-liberalism and its prospects. **Farmand**, p. 89-93, 1951.

IANNI, Octavio. Globalização e neoliberalismo. **São Paulo em Perspectiva**, v. 12, n. 2, p. 27-32, 1998.

ICC. **From the Five Principles of Peaceful Coexistence to building a community with a shared future for mankind**: promoting a new type of international relations featuring win-win cooperation. [S.l.]: International Cooperation Center, June 28, 2024. Disponível em: <https://en.icc.org.cn/specialties/international_organization/340.html>. Acesso em: 1 out. 2024.

JABBOUR, Elias; CAPOVILLA, Cristiano. Pressupostos dialéticos acerca do socialismo e projeto na China de hoje. **Economia e Sociedade**, v. 33, n. 3, p. 1-24, 9 ago. 2024.

JABBOUR, Elias; DANTAS, Alexis; VADELL, Javier. Da nova economia do projeto à globalização instaurada pela China. **Estudos Internacionais**, v. 9, n. 4, p. 90-105, 2021.

JABBOUR, Elias et al. A (nova) economia do projeto: o conceito e suas novas determinações na China de hoje. **Geosul**, v. 35, n. 77, p. 17-48, 7 dez. 2020.

LIPPMANN, Walter. **An inquiry into the principles of the good society**. London: Routledge, 2017.

LIU, Zhenmin. Following the Five Principles of Peaceful Coexistence and jointly building a community of common destiny. **Chinese Journal of International Law**, v. 13, n. 3, p. 477-480, September 1, 2014.

MEDEIROS, Carlos A. Padrões de investimento, mudança institucional e transformação estrutural na economia chinesa. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). **Padrões de desenvolvimento econômico (1950-2008): América Latina, Ásia e Rússia**. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2013. p. 79-113.

MIROWSKI, Philip; PLEHWE, Dieter (Ed.). **The road from Mont Pèlerin: the making of the neoliberal thought collective**. Cambridge: Harvard University Press, 2009.

PAIM, Antonio. **Evolução histórica do liberalismo**. São Paulo: LVM, 2019.

RANGEL, Ignácio. Desenvolvimento e projeto. **Revista da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Minas Gerais**, n. 9, p. 203-283, 1956.

REINHOUDT, Jurgem; AUDIER, Serge. **The Walter Lippmann Colloquium**. Cham: Springer International Publishing, 2018.

RICHARDSON, Sophie D. **China, Cambodia, and The Five Principles of Peaceful Coexistence: principles and foreign policy**. Charlottesville: University of Virginia, 2005.

SAAD-FILHO, Alfredo. Neoliberalismo: uma análise marxista. **Marx e o Marxismo**, v. 3, p. 58-73, 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 63, p. 237-280, 1 out. 2002.

TAVARES, Maria da Conceição. **Ciclo e crise: o movimento recente da industrialização brasileira**. Campinas: IE-Unicamp, 1998.

VADELL, Javier; SECCHES, Daniela; BURGER, Mariana. De la globalización a la interconectividad: reconfiguración espacial en la iniciativa Belt & Road e implicaciones para el Sur Global. **Revista Transporte y Territorio**, n. 21, p. 44-68, Octubre 2019.

ZHANG, Feng. Confucian foreign policy traditions in Chinese history. **The Chinese Journal of International Politics**, v. 8, n. 2, p. 197-218, June 1, 2015.